

# *Contra Clausewitz*

THIAGO TREMONTE DE LEMOS\*

## **Resumo**

Este trabalho foi extraído da dissertação de mestrado intitulada *Cultura e política: a natureza da guerra moderna no pensamento de Carl von Clausewitz*. As experiências militares vividas por Clausewitz, entre o final do século XVIII e o início do século XIX, foram a fonte de sua reflexão. Traremos aqui o debate acerca de seu pensamento, a partir de dois autores anticleusewitzianos: B. H. Liddell Hart e John Keegan. Controvérsias, polêmicas e análises acerca do sentido de sua teoria. O artigo está organizado em duas partes: “B. H. Liddell Hart contra Clausewitz”, a partir da obra de Liddell Hart, *As grandes guerras da história*, e “John Keegan contra Clausewitz”, sobre o livro de Keegan, *Uma história da guerra*.

*Palavras-chave:* Clausewitz, Liddell Hart, Keegan, guerra, cultura, política.

## **Abstract**

This article is a docket of the thesis *Cultura e política: a natureza da guerra moderna no pensamento de Carl von Clausewitz*. The military experiences lived by Clausewitz, at the end of century 18<sup>th</sup> and the beginning of century 19<sup>th</sup>, had been the source of its reflection. We will show here the discussion against Clausewitz from two authors: B. H. Liddell Hart and John Keegan. Controversies, polemics, and analysis of the meaning of his theory. The paper is organized into two parts: "B. H. Liddell Hart contra Clausewitz", from the Liddell Hart's book *Strategy* and "John Keegan contra Clausewitz"; about the Keegan's book *A history of warfare*.

*Keywords:* Clausewitz, Liddell Hart, Keegan, war, culture, politics.

*A influência do pensamento sobre o pensamento  
é, na história, o fator mais importante.*

B. H. Liddell Hart

*As guerras que Clausewitz conheceu,  
as de que participou, foram as da Revolução Francesa  
e o “motivo político” que ele sempre considerou  
um fator de precipitação e controle da guerra  
estava sempre presente, ao menos no início.*

Keegan

A guerra não é a continuação da política por outros meios. O mundo seria mais fácil de compreender se esta afirmação fosse absolutamente verdadeira. Pelo menos para o general prussiano Carl von Clausewitz (1780-1831), autor do tratado *Da guerra*.

---

\* Departamento de História da Universidade de Brasília. Doutorando em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, bolsista – Módulo II – CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

O general-filósofo descreveu as experiências mais intensas da guerra moderna e pensou sobre a natureza de seu conceito.

Poderia constatar outra coisa senão a guerra como política? Ou no mínimo a guerra como um instrumento da política? A Europa do século XIX poderia ser compreendida por outro tipo de guerra senão aquela que obrigava os Estados a lançarem mão do maior número possível de soldados, obstinados em desarmar o adversário de qualquer jeito, como um duelo? Poderia ter força se não estivesse apoiada na trindade povo-exército-Estado<sup>1</sup>? A guerra moderna não foi isso?

O conceito de “guerra”, ontologicamente falando, apenas expressa as impressões de um homem que conseguiu traduzir em palavras sua vida nos campos de batalha. Este homem, contudo, não era uma folha em branco. Sua leitura de mundo era atravessada pelos valores de sua cultura. Uma cultura que, apesar de seu forte apego à tradição, jogava-o contra os eventos que presenciava; obrigava-o a ter jogo de cintura para não sofrer de esquizofrenia. Se, de um lado, os valores da nova e moderna Europa desprestigiavam seus antigos mandatários, ainda havia bastiões de resistência da antiga aristocracia em lugares como a Prússia. Nos paradoxos da modernidade e da tradição; da fidelidade vassálica e do sentimento nacionalista, Clausewitz teve a perspicácia de perceber que, se o mundo não seria mais o mesmo, a guerra também não poderia ser. Mas as transformações não aniquilam o passado. Este é traduzido para os novos tempos. A guerra moderna aceitaria os valores do guerreiro, porque, no *front*, são estes que ainda contam. Mesmo racionalizada matematicamente, a guerra continua a ser uma ação do homem. E este, por mais que deseje, não consegue se emancipar por completo de suas paixões e afetos, ainda que seja possível transcrevê-los em um tratado político-militar.

Todavia, o pensamento de Clausewitz não ficou circunscrito ao momento histórico de sua produção. Seu alcance atravessou os anos e as fronteiras da Prússia. *Da guerra* serviu de manual das políticas externas de algumas das potências militares

---

<sup>1</sup> “A trindade que caracterizaria a guerra real e completaria sua definição como fenômeno *total*, comportaria três componentes que expressariam suas tendências dominantes. O primeiro componente englobaria uma violência original, uma hostilidade e uma animosidade, considerados como um impulso natural cego, todos ligados ao *povo*. Nesse contexto, as paixões que se manifestariam na guerra seriam inerentes ao povo. O segundo componente diria respeito ao jogo de probabilidades e do acaso que movem a livre alma criativa, que dependerá das características de seu comandante e de seu *exército*. Por fim, a subordinação da guerra à política e aos objetivos políticos, assunto de decisão exclusiva do governo de um *Estado*” [grifo nosso] (PASSOS, 2005: 8).

mundiais (como França e Alemanha até 1914) e de revolucionários socialistas<sup>2</sup> (como Lenin, que foi leitor de Clausewitz), desde a segunda metade do século XIX, quando o general alemão Helmuth von Moltke<sup>3</sup> (1800-1891), ao lado do chanceler Otto von Bismarck (1815-1898) – considerados os principais articuladores da unificação alemã –, incorporaram aspectos de sua teoria<sup>4</sup>. A *Weltpolitik* alemã, a partir de então, era clausewitziana:

*Batizando de clausewitzianos o pensamento e a prática bismarckiana no que se refere ao tema decisivo das relações entre política e guerra, arrisco-me a suscitar pelo menos diversos movimentos... Pode o tratado de Frankfurt passar como moderado? A anexação da Alsácia-Lorena não cavava um fosso entre Alemanha e França que nada poderia preencher? Não semeava os germes de um ódio que deveria explodir mais cedo ou mais tarde? ... para julgar equitativamente o chanceler de ferro, é conveniente conformar-se com as regras clausewitzianas da 'crítica'... sim, sem dúvida, Bismarck julgava que as guerras, em sua época, constituíam um meio normal de se atingir as metas da política. Na conduta das operações ele não se perturbava com as considerações humanitárias, mas também não imaginava o equivalente ao massacre dos prisioneiros ou das populações civis (ARON, 1986b: 24-25).*

Conseqüentemente, outros países adotaram concepções similares<sup>5</sup>, não apenas no sentido de conhecer melhor a máquina de guerra alemã, mas também por ver no

---

<sup>2</sup> “... é extremamente significativo que Clausewitz tenha sempre gozado de prestígio entre os intelectuais marxistas, com destaque para Lênin” (KEEGAN, 1995: 34). “[*Da guerra*] foi apreciada por Engels (‘um estranho caminho para filosofar, mas, muito bom, em si mesmo’) e lida por Marx. Lenin durante sua estadia em Zurique fez anotações sobre o texto. Hitler disse que era fundamental e Eisenhower se ateve firmemente a sua leitura em seus dias no US Army War College” (CREVELD, 1991: 34).

<sup>3</sup> “*Da guerra* revelou-se um livro de efeito retardado. Somente depois de quarenta anos de sua publicação, em 1832-35, é que se tornou amplamente conhecido, e de uma forma indireta. Helmuth von Moltke, chefe do Estado-Maior prussiano, tinha aparentemente dons mágicos de comando que haviam derrubado o poder do Império austríaco e depois do francês, numa campanha de poucas semanas, em 1871. O mundo queria evidentemente conhecer seu segredo, e quando Moltke revelou que, além da Bíblia e de Homero, o livro que mais o influenciara fora *Da guerra*, a fama póstuma de Clausewitz estava garantida. O fato de que Moltke fora aluno da escola de guerra da Prússia quando Clausewitz era seu diretor não foi notado e, de qualquer forma, era irrelevante; o mundo interessou-se pelo livro, leu-o, interpretou amiúde mal, mas desde então acreditou que ele continha a essência da guerra bem-sucedida” (KEEGAN, 1995: 37).

<sup>4</sup> “... o marechal Hindenburg, depois da guerra de 1914-1918, pagara seu tributo de admiração e de reconhecimento àquele que havia se transfigurado em pai fundador da teoria alemã da guerra pelas vitórias de Moltke: ‘Existe um livro, *De la Guerre*, que jamais envelhecerá. Seu autor é Clausewitz. Ele conhecia a guerra e os homens. Devíamos escutá-lo e, quando seguíamos suas prescrições, era para nosso bem. O inverso significava a infelicidade’” (HINDENBURG. *Aus meinen Leben*. Leipzig, 1930, p. 101 *apud* ARON, 1986b: 9-10).

<sup>5</sup> “Na França, a descoberta de Clausewitz se situa após as derrotas de 1870, acompanhando a descoberta, ou a redescoberta, de Napoleão, exigindo assim um estudo particular. Pode ser que o *Traité*, bem ou mal compreendido (mal compreendido, a meu ver) carregue uma parte de responsabilidade nas concepções dos generais franceses de 1914” (ARON, 1986b: 10).

pensamento de Clausewitz uma fonte segura para o sucesso das ações político-militares, como foi o caso do marechal francês Ferdinand Foch (1851-1929):

*O futuro marechal Foch entrara na Escola de Guerra em 1885, ano em que Cardot<sup>6</sup> apresentava pela primeira vez as ideias clausewitzianas aos futuros chefes do exército francês. A descoberta do 'deus da guerra' andava de par com seu profeta. A comparação entre a campanha de 1806 e a de 1870, entre o gênio do mestre e o talento do discípulo, tornara-se um tema de moda da história e da crítica militares (ARON, 1986b: 27).*

Clausewitz foi acusado de ser responsável por alguns dos eventos mais terríveis do século XX. Isso parece um juízo descomedido. Seguindo do mesmo modo a crítica sarcástica de Raymond Aron em seu *Pensar a guerra*<sup>7</sup>, nos vemos impossibilitados de aceitar passivamente a condenação das ideias de Clausewitz como a origem dos acontecimentos político-militares na Europa entre 1860 e 1945.

Ao adotarmos a história conceitual, reconhecemos a força de um conceito para além de seu contexto social. Não limitamos a produção intelectual de um pensador, ou o significado de determinado termo apenas no âmbito de uma época específica. Os conceitos são ampliados e teorias tornam-se fórmulas em outros momentos, sem que o autor tivesse qualquer dimensão de seu alcance – ainda que o desejasse, como foi o caso de Clausewitz. Mas não pretendemos cair na investigação moral de qualquer pensamento deslocado de seu tempo.

*Os conceitos não nos instruem apenas sobre o caráter singular de significados passados; a par disso, eles contêm possibilidades estruturais e simultaneidades como não-simultaneidades, as quais não podem ser depreendidas por meio da seqüência dos acontecimentos na história. Conceitos que abarcam fatos, circunstâncias e processos do passado... (KOSELLECK, 2006: 116).*

A condenação de Clausewitz não é apenas retórica. Nem sua exaltação. Ainda que alguns não vejam nenhum problema de os eventos mais trágicos da humanidade estarem vinculados ao pensamento clausewitziano, vêm na teoria do general-filósofo fórmulas eficientes para a defesa dos interesses de Estado.

---

<sup>6</sup> Lucien Cardot (1838-1920), general do exército francês.

<sup>7</sup> “Depois de 1945, os historiadores examinaram inúmeras vezes Bismarck e sua obra com a finalidade de atingir as origens da catástrofe alemã. Pesquisa inevitável, sempre legítima e sempre vã. Luís XIV preparara a Revolução Francesa e Bismarck tornara Hitler possível. Uma Alemanha dividida ou uma Alemanha unificada de outra maneira que não a ferro e fogo implica um outro curso dos acontecimentos, da diplomacia e da guerra! Não consigo ver em nome de que poderíamos condenar a unidade alemã senão, vítimas da ilusão retrospectiva de fatalidade, tomando como *necessários* os prosseguimentos desta unidade” (ARON, 1986b: 19).

Mesmo assim, pensamos que todo e qualquer tribunal da História não parece legítimo nesse caso. Entendemos que suspender juízos de valor não é negligenciar um posicionamento frente ao passado, mas conseguir analisá-lo sem o compromisso moral que macula a reflexão, permitindo-nos observar pontos que excedam a avaliação maniqueísta da história das guerras.

Também não desconsideramos o poder das teorias e a influência do pensamento na materialização das ações humanas. Vemos uma íntima relação entre os dois, mas não os articulamos de maneira dedutiva e mecânica. Um não determina o outro, em nenhum tipo de equação. Também não somos partidários do determinismo histórico, que vê as ideias como estritos resultados de impressões empíricas. Pensamos na relação substancial entre teoria e prática. Não há primazia de uma sobre a outra, como também não é possível deixar de perceber que uma está diretamente implicada à outra.

Marx, em sua obra *A ideologia alemã* ridicularizou seus colegas que acreditavam fazer, no pensamento, uma revolução maior que a Francesa<sup>8</sup>. Não retirou, por assim dizer, a importância das ideias, apenas colocou a sua origem na práxis. Por mais força que tenha uma ideia, não deveria ela somente ser responsável por discussões? Mesmo que seja uma ideia sobre o que é e como se faz a guerra? Se aceitarmos isso, teremos de concordar com Kant em sua *Uma história universal sob o ponto de vista cosmopolita*, ao afirmar que o impacto das ideias da Revolução Francesa no mundo foi mais forte do que os próprios acontecimentos de 1789.

Escolhemos o meio-termo. Optamos por não separar teoria de prática, fatos de pensamento, matéria de forma; por isso, entendemos que a adoção de ideias, em contextos diferentes de sua produção, significa outras ideias, resultando em outras ações, ainda que a teoria de Clausewitz tenha a pretensão de ser universal, pois sua manipulação é sempre conjunturalmente histórica.

---

<sup>8</sup> “Segundo anunciam ideólogos alemães, a Alemanha passou nos últimos anos por uma revolução sem paralelo. O processo de decomposição do sistema de Hegel, iniciado com Strauss, transformou-se numa fermentação universal para a qual são arrastados todos os ‘poderes passados’. No caos geral, poderosos impérios se formaram para logo de novo ruírem, emergiram momentaneamente heróis para serem de novo remetidos para a obscuridade por rivais ousados e mais poderosos. Foi uma revolução ao pé da qual a Revolução Francesa é uma brincadeira de crianças; uma luta universal face à qual as lutas dos Diádocos aparecem mesquinhas. Os princípios expulsaram-se uns aos outros, os heróis do pensamento derrubaram-se uns aos outros com uma pressa inaudita, e nos três anos, entre 1842 e 1845, varreu-se mais do passado na Alemanha do que anteriormente em três séculos... Tudo isto teria ocorrido no pensamento puro” (MARX, s/d: 9).

Aliás, se Clausewitz pudesse se defender no tribunal que o condenou, evocaria seus aforismos de *Da guerra* e a sua própria biografia como provas de que os que o acusaram estavam equivocados, pois afirmava exatamente a associação entre teoria e prática. Ainda que desejasse uma obra atemporal, foi a partir de sua experiência de vida que *Da guerra* foi escrita e, portanto, a adoção de sua teoria em outros tempos esteve diretamente relacionada com as mais diversas conjunturas e não com seus desejos em 1815. Esta fórmula serve-nos para suspender o julgamento de Clausewitz – que é mais moral que histórico – e discutirmos algumas das reflexões sobre a teoria clausewitziana.

O debate sobre as ideias do autor de *Da guerra* é bastante exaltado. Há quem entenda ser necessária uma revisão urgente do conceito de guerra de Clausewitz; outros preferem conhecê-lo a fundo antes de recusá-lo, e ainda outros buscam na relação entre guerra e política, exposta por Clausewitz, alternativas para pensar a sociedade, num profundo exercício filosófico.

Dos historiadores da guerra que se opuseram, acusaram e condenaram a teoria de Clausewitz como a responsável pelas duas guerras mundiais do século XX, destacamos os ingleses B.H. Liddell Hart e John Keegan. Liddell Hart atribuiu pelo menos a crueldade dos eventos da Primeira Guerra Mundial ao pensamento clausewitziano. Keegan foi mais longe e incluiu a Segunda também na acusação e condenação do general prussiano, por sua influência no pensamento de Hitler:

*Clausewitz rejeitava a ideia de que 'há uma maneira engenhosa de desarmar e vencer o inimigo sem grande derramamento de sangue e essa é apropriadamente a tendência da Arte da Guerra'. Desprezava-a, como sendo uma noção nascida da imaginação de 'filantropos'. Não levava em conta que essa ideia talvez tivesse sido ditada por alguém esclarecido, interessado em servir a pátria e não apenas por apreciadores de uma luta de gladiadores. Os seus ensinamentos, manejados por discípulos irrefletidos, serviram para incitar generais a procurarem a batalha a todo custo, em lugar de criarem uma oportunidade vantajosa para disputá-la. Em consequência, a arte da guerra foi reduzida, em 1914-18, a um processo de carnificina mútua (LIDDELL HART, 1982: 273).*

*... o deus da guerra não é um arremedo. Quando os regimentos de recrutas da Europa marcharam para a guerra, em 1914, carregando sua retaguarda de reservistas, a guerra que os enredou foi, de longe, a pior que os cidadãos pudessem esperar. Na Primeira Guerra Mundial, a 'guerra real' e a 'guerra verdadeira' logo se tornaram indistintas; as influências moderadoras que Clausewitz... declarara sempre entrarem em ação para ajustar a natureza potencial e o propósito real da guerra reduziram-se à invisibilidade; alemães, franceses, ingleses e russos descobriram-se aparentemente travando uma guerra pela guerra (KEEGAN, 1995: 38).*

*Hitler deve ser visto retrospectivamente como o líder guerreiro mais perigoso que jamais atormentou a civilização... Hitler concebia a vida como luta e guerra, portanto, como meio natural pelo qual a política racial alcançaria seus objetivos. Em 1934, afirmou em Munique: 'Nenhum de vocês*

*leu Clausewitz, ou, se o fez, não aprendeu a relacioná-lo ao presente'. Em seus últimos dias de vida em Berlim, em abril de 1945, quando sentou-se para escrever seu testamento político ao povo alemão, o único nome que citou foi o do 'grande Clausewitz', ao justificar o que tentara realizar (KEEGAN, 1995: 383-384).*

Porém, ainda que anticlausewitzianos e severos juízes do pensamento e das conseqüências [atribuídas] ao pensamento do prussiano, possuem trabalhos que investigaram profundamente a teoria de *Da guerra*.

### **B. H. Liddell Hart contra Clausewitz<sup>9</sup>**

Quem presenciou a Primeira Guerra Mundial avalia que não houve, até então na história da humanidade, experiência mais brutal. A Primeira Guerra trouxe o que há de mais terrível na humanidade, por duas causas: a primeira, porque é guerra; a segunda, porque o motivo político ou era incompreensível ou tão explícito que a guerra era a pior forma de resolver as antipatias entre as partes envolvidas. Sem dúvida que a guerra é sempre a pior das soluções, mas no caso europeu de 1914, parecia tão evidente, mas, paradoxalmente, completamente absurda, que os resultados do conflito deixaram o mundo todo estarecido, como pensa Hobsbawm em sua *A era dos impérios*:

*A possibilidade de uma guerra generalizada na Europa fora, é claro, prevista, e preocupava não apenas os governos e as administrações, como também um público mais amplo... Na década de 1890, a preocupação com a guerra foi suficiente para gerar o Congresso Mundial (Universal) para a Paz... Nos anos 1900, a guerra ficou visivelmente mais próxima e nos anos 1910 podia ser e era considerada iminente.*

*E contudo sua deflagração não era totalmente esperada. Nem durante os últimos dias da crise internacional – já irreversível de julho de 1914, os estadistas, dando os passos fatais, acreditavam que realmente estivessem dando início a uma guerra mundial. Uma fórmula seria com certeza encontrada, como tantas vezes no passado (HOBSBAWM, 1988: 419-420).*

A experiência da Primeira Guerra, para todos os envolvidos, foi extremamente marcante. Como conseqüência imediata, na Inglaterra, por exemplo, houve uma forte reação contra tudo e todos que eram simpáticos a qualquer tipo de guerra. Sir Winston Churchill (1874-1965), em suas memórias sobre a Segunda Guerra Mundial, ao descrever o ambiente inglês pós-Primeira Guerra, destacou o sentimento pacifista que tomou um país abismado com o que ocorrera com o mundo e que, segundo o ex-

---

<sup>9</sup> O subtítulo em questão é inspirado na introdução do II volume de *Pensar a guerra, Clausewitz – a era planetária*, de Aron, intitulado exatamente da mesma forma. Ver ARON: 1986b.

primeiro-ministro inglês, levou à acomodação e à negligência quanto ao crescimento militar da Alemanha de Hitler:

*Nesse período obscuro, os sentimentos mais vis eram aceitos sem questionamento pelos líderes dos partidos políticos. Em 1933, os estudantes da União de Oxford, inspirados por um certo Mr. Joad, aprovaram sua vergonhosa resolução: 'Esta Casa não lutará, em nenhuma situação, por seu Rei ou País'. Mal sabiam os tolos rapazes que aprovaram essa resolução que muito em breve estariam destinados a vencer ou tombar gloriosamente na guerra que viria... (CHURCHILL, 2005a: 48).*

Nosso interesse aqui não é discutir a relação entre as duas Grandes Guerras, mas como anunciamos que alguns pensadores atribuem a Clausewitz a culpa pelos conflitos, entendemos que a sua menção seja pelo menos relevante para se entender esta contradição: para Churchill, o que promoveu a tragédia da Segunda Guerra foi a *paz* do entreguerras, ou seja, o afrouxamento da violência foi exatamente a causa de uma violência ainda maior que a da Primeira Guerra.

O *pacifismo*, como ironiza Churchill, não se restringiu à população civil. Parte dos militares ingleses que participaram da Primeira Guerra Mundial passou a pensar em formas mais econômicas de se guerrear. Entre eles estava Sir Basil Henry Liddell Hart (1895-1970), capitão do exército inglês. Atuou na Primeira Guerra Mundial desde 1914. Em 1916, foi ferido por um ataque de gás, sendo obrigado a dar baixa.

Crítico feroz da concepção clausewitziana de estratégia e tática de guerra, Liddell Hart entendia que a guerra deveria ser feita por gente mais especializada e, portanto, em menor número. Dava às manobras de guerra de ações indiretas um lugar destacado nas operações militares. Em sua obra *Strategy*, traduzida para o português pela IBRASA como *As grandes guerras da história*, relata eventos desde Alexandre da Macedônia até a Segunda Guerra Mundial que, segundo pensava, demonstravam não só a eficiência da ação indireta, mas também como os princípios da doutrina de Clausewitz estavam equivocados. Aron – que em sua pesquisa sobre o pensamento de Clausewitz entendeu que boa parte de seus intérpretes e discípulos o interpretou mal – julgou Liddell Hart, apesar de adversário teórico do general prussiano, como um conhecedor autorizado de seu pensamento e também como o “maior escritor militar de nosso tempo”:

*... ele me parece o mais inteligente e o mais típico dos anticlausewitzianos de língua inglesa... reteve duas contribuições do Traité: a importância das forças morais e a supremacia da política. O resto ele condena: a prescrição implícita da luta até a morte, a recusa pela manobra, a busca do choque brutal dos exércitos de massa (ARON, 1986b: 9).*

Talvez o panorama antibelicoso inglês após a Primeira Guerra Mundial tenha afetado excessivamente um militar calejado como Liddell Hart, mas, novamente, não pretendemos cair no determinismo histórico. Liddell Hart parece ser mais profundo do que a rejeição emotiva de uma guerra levada ao extremo da violência. Podemos supor que a experiência da guerra é inesquecível e que a repulsa aos seus aspectos mais explícitos seja comum. Agora, um historiador das guerras e também soldado, como Liddell Hart, tem um entendimento mais racional desse evento. Sua noção sobre a diminuição de derramamento de sangue nas guerras não é um manifesto contra guerra, mas uma teoria que envolve uma relação entre teoria e política que difere frontalmente da de Clausewitz.

Em outra obra, *The ghost of Napoleon*, Liddell Hart critica a tese de Clausewitz, mirando em seu centro: o *continuum* política e guerra:

*É estranho que ele não tenha percebido que ele próprio se contradizia, já que, se a guerra é a continuação da política, ela deve necessariamente ser conduzida pensando-se nas vantagens do pós-guerra. Um Estado que gasta suas forças até o limite do esgotamento condena sua própria política ao fracasso* (LIDDELL HART, 1937: 121).

Muito da crítica de Liddell Hart a Clausewitz também se concentra no paradigma da superioridade numérica como fator decisivo para as guerras. O capitão inglês apontava diretamente para isso como, além de um equívoco estratégico, um custo humano muito alto, não só para os exércitos, mas para a população dos países de um modo geral, já que para aumentar o contingente militar, os alistamentos em massa mandavam homens absolutamente despreparados para o *front*. Evidentemente, Liddell Hart não se preocupou com as relações entre política e guerra que contaminaram os países europeus desde o século XIX, ainda que as visse. Tanto é que os “bons exemplos” utilizados em *Strategy* antecedem as guerras napoleônicas vividas por Clausewitz. Ao destacar as campanhas de Alexandre, Aníbal, Cipião, César e Belisário, na Antiguidade e no início da Idade Média, procurou demonstrar que, em muitas ocasiões, esses generais se encontravam em menor número que seus adversários e, valendo-se de ações indiretas, saíram-se vitoriosos. Em contrapartida, aponta inversamente para campanhas militares em que o general possuía um exército mais numeroso que o do inimigo, como o caso do próprio Napoleão e, por isso mesmo, acreditando no paradigma da superioridade numérica, saiu derrotado.

Clausewitz atribuía à superioridade numérica um dos princípios mais importantes para o sucesso de um exército na guerra moderna. Todavia, apresenta algumas exceções, como a vitória de Frederico com 30.000 homens sobre 80.000 austríacos em Leuthen. Segundo Clausewitz, essa tese, que lhe parecia evidente, ainda não era tratada de modo tão aberto pela literatura militar. Cita, por exemplo, o livro *História da Guerra dos Sete Anos*, do também general prussiano George Friedrich von Tempelhoff (1737-1807), como o primeiro trabalho a tratar da superioridade numérica na guerra, ainda que de forma superficial, como elemento fundamental para o sucesso de uma campanha. Dessa forma, Clausewitz realmente definiu este como norte para a condução da guerra:

*Se estamos firmemente convencidos de que uma superioridade considerável permite obter tudo pela violência, esta convicção não pode deixar de influenciar os preparativos da guerra; pois tentaremos nos impor com maior força possível e alcançar esta preponderância para nós próprios ou pelo menos nos precaveremos contra a do adversário. Eis o que pode dizer acerca da força absoluta com a qual a guerra tem de ser conduzida* (CLAUSEWITZ, 1996: 206).

É indubitável que a perspectiva de Clausewitz envolve um cenário de paridade tecnológica e de união entre governo, exército e povo. Talvez, nesse sentido, a experiência vivida por Liddell Hart na Primeira Guerra Mundial seja uma amplificação daquela vivida pelo prussiano. Liddell Hart preocupou-se em contestar a proposta tático-estratégica de Clausewitz e a relacionou com os horrores de uma *guerra total*. Para isso, utilizou-se de um outro pensador da guerra, para ele, absolutamente diferente do prussiano<sup>10</sup>: Sun Tzu (544-496 a.C.).

Sun Tzu, a quem é atribuída a obra *A arte da guerra* – conhecido manual chinês sobre natureza da guerra, tática e estratégia militar – apresentou, para Liddell Hart, teorias mais consistentes sobre o que e como um general deveria agir no campo de batalha. Segundo o inglês, os aforismos de Tzu eram mais eficientes do que os do prussiano. Para averiguar isso bastaria enumerar a quantidade de citações do autor chinês no início de *Strategy*, entre elas, “O ideal, na guerra, é quebrar a resistência do inimigo sem luta” (LIDDELL HART, 1982: 13).

A contraposição de Clausewitz e Tzu é artificial. Mesmo porque não é possível afirmar que Clausewitz conhecesse *A arte da guerra* de Tzu, apesar de esta ter sido

---

<sup>10</sup> A quem se referia como *Mahdi* das massas e dos massacres mútuos.

traduzida para o francês em 1776<sup>11</sup>. Não há problema nesse artifício de Liddell Hart; seu propósito é fundamentar-se em outro referencial que o afaste dos paradigmas do prussiano. Tzu demonstrava que era desejável a utilização da menor violência possível, pois a vitória – política como é – deveria ser sobre alguém minimamente preservado, em que os efeitos da derrota não repercutam nem como ressentimento, nem mesmo o custo para a reconstrução do que foi destruído seja muito alto. Em tese, parece ser um pensamento mais racional que o do prussiano, “... alcançar cem vitórias em cem batalhas não é o ápice da excelência. Subjugar o exército inimigo sem lutar é o verdadeiro ápice da excelência” (TZU, 2002: 62).

Curiosamente, quanto à finalidade da guerra, Tzu e Clausewitz se parecem: ambos defendem a guerra submetida à política, ainda que entendam a sua execução por meios distintos (Clausewitz, se leu Tzu, o incluiu no rol das almas ingênuas e filantrópicas que desejam uma guerra sem violência). Tirando esse aspecto, Tzu e Clausewitz têm paradigmas absolutamente diferentes, o que facilitou a adoção dos princípios do pensador chinês por Liddell Hart como fundamento para sua crítica a Clausewitz. Michael I. Handel, em sua obra *Masters of war*, traz um significativo estudo comparativo entre as teses principais de Clausewitz e Tzu<sup>12</sup>, em que as perspectivas quanto ao ideal de vitória e à utilização de forças, por exemplo, são absolutamente divergentes. Enquanto Clausewitz, como já vimos, defende a utilização de todas as forças possíveis para desarmar o inimigo, Tzu opta por uma via mais econômica e, teoricamente, menos violenta. Nesse ponto Liddell Hart traz o seu estudo sobre a ação indireta e se opõe vigorosamente ao pensamento clausewitziano, como no exemplo dos combates da Primeira Guerra Mundial, no Oriente Médio:

*É difícil precisar se essas operações [combates entre britânicos e turcos] na Palestina devem ser classificadas como uma campanha ou como batalha, completada com uma perseguição, porque embora com as forças em contato ela terminou antes que esse contato fosse rompido, o que a classificaria como batalha, porém a vitória foi obtida, principalmente, por ações estratégicas e a parte da luta armada foi insignificante.*

*Isso motivou uma depreciação do seu resultado final, especialmente por parte daqueles cuja escala de valores é governada pelo dogma de Clausewitz, de que o sangue é o preço da vitória (LIDDELL HART, 1982: 241).*

---

<sup>11</sup> Segundo Sueli Barros Cassal, na edição de *A arte da guerra*, de Sun Tzu, pela L&PM (TZU, 2001: 7).

<sup>12</sup> Ver HANDEL, 1996: 19, *Table 2.1*.

A leitura de Liddell Hart do “dogma” tem fundamento, mas é substancialmente mais exagerada do que pensava Clausewitz: “O que significa dominar o inimigo? É quase sempre a destruição da sua força militar, por morte ou ferimento, ou qualquer outro meio, de modo que a destruição seja integral ou simplesmente suficiente para impedi-lo de continuar a combater” (CLAUSEWITZ, 1996: 258).

Clausewitz, com isso, não defende a destruição total do inimigo, mas a realização do objetivo de desarmá-lo<sup>13</sup>. Entretanto, Liddell Hart está correto ao entender que, se o inimigo pensar como Clausewitz, os combatentes provavelmente se destruirão, caso haja igualdade de forças.

Liddell Hart, ainda assim, não deixa de reconhecer as contribuições de Clausewitz para os estudos sobre as guerras, principalmente a ênfase dada pelo prussiano ao ânimo e aos aspectos psicológicos. Contudo, para Liddell Hart, não foram os méritos de Clausewitz seu legado, e sim seus erros, em especial o paradigma da superioridade numérica. Sem dúvida, Clausewitz atribui a esse fator um papel determinante, mas no âmbito da guerra moderna. Enquanto Liddell Hart vê, de outras épocas até a Segunda Guerra Mundial, a ação indireta como a estratégia mais eficiente do que os paradigmas clausewitzianos:

*Foram seus erros, entretanto, que exerceram maior influência no curso subsequente da História... ‘a superioridade em número se torna dia a dia mais decisiva’. Esse ‘mandamento’ serviu para reforçar o instinto conservador dos militares em sua resistência às possibilidades da nova forma de superioridade que a invenção mecânica cada vez mais proporcionava. Deu, também, poderoso impulso à extensão universal e ao estabelecimento permanente do método de conscrição, como um meio simples de aumentar os efetivos dos exércitos. A aplicação desse processo, por falta de adaptação psicológica, tornou, entretanto os exércitos mais sujeitos ao pânico e a colapso repentino (LIDDELL HART, 1982: 427-428).*

A contestação de Liddell Hart, contudo, nesse sentido, parece não dar crédito ao pensamento de Clausewitz em toda sua extensão. No capítulo III, do Livro V de *Da guerra*, intitulado “A relação de força”, o tema da superioridade numérica é retomado, mas é acrescentada aí a determinação dos combatentes e dos recursos tecnológicos dos exércitos:

---

<sup>13</sup> “A violência – isto é, a violência física (uma vez que a violência moral não existe fora dos conceitos de Estado e Lei) – constitui, portanto, o meio, o fim será impor a nossa vontade ao inimigo. Para se atingir com total segurança este fim, tem de se desarmar o inimigo, sendo este desarmamento, por definição, o objetivo propriamente dito das operações de guerra. Acaba por vir a constituir o próprio fim, que afasta, por assim dizer, como se tratasse de algo que não fizesse parte da própria guerra” (CLAUSEWITZ, 1996: 8)

*No capítulo VIII do livro III sublinhamos a importância da superioridade numérica... Se examinarmos com total imparcialidade a história militar moderna, precisaremos reconhecer que a superioridade numérica se torna dia após dia mais decisiva... A coragem e a moral do exército aumentaram em todos os tempos a sua força física, e será sempre assim; mas existiram épocas na história em que a superioridade dependia da organização e do equipamento dos exércitos, e outras em que a superioridade moral dependia da sua maior mobilidade (CLAUSEWITZ, 1996: 346).*

Ora, o fato de Clausewitz presenciar o nivelamento dos recursos tecnológicos utilizados pelos exércitos não implica que seja possível projetar a manutenção dessa igualdade. Lembremos que Clausewitz teve como fonte para seu trabalho sua própria experiência de vida, o que revela, pelo menos para termos de entendimento de sua obra, uma localização temporal e, conseqüentemente, uma evidência: o maior vencedor militar da época de Clausewitz, ainda que contra o seu desejo, foi Napoleão e este utilizou a superioridade numérica como fiel da balança nas batalhas que disputou (como Cônsul e imperador, principalmente). Mesmo a derrota do exército francês é encarada por Clausewitz como o resultado de uma relação de forças em que Napoleão se encontrava mais fraco:

*As relações numéricas entre os exércitos russo e francês opostos um ao outro no início da campanha de 1812 eram ainda mais desfavoráveis à Rússia do que a relação entre Frederico e os seus inimigos durante a Guerra dos Sete Anos. Mas os russos tinham a perspectiva de reforçar muito no decurso da campanha. Bonaparte tinha toda a Europa em segredo contra ele (CLAUSEWITZ, 1996: 887).*

Outro aspecto a ser ressaltado na crítica de Liddell Hart à teoria de Clausewitz é a sua noção da finalidade da guerra. Para o capitão inglês, talvez sentindo na própria carne os efeitos da Primeira Guerra Mundial, a guerra tem por fim garantir a paz<sup>14</sup>. Nesse sentido, faz um juízo moral sobre as nações, diferenciando as que são pacíficas e as que são agressoras. Liddell Hart não discorre muito sobre esse assunto, no entanto, fica evidente que o critério para a distinção é frágil. O discurso que serve para justificar a defesa de uma nação pode ser visto também como justificativa para se antecipar e atacar um possível inimigo que demonstre ser agressor. A conjuntura política não se mantém imóvel. Talvez quem é defensor da paz num primeiro momento pode continuar defendendo esse discurso para conquistar e anexar territórios de inimigos agressores ou

---

<sup>14</sup> “A finalidade da guerra, em nosso ponto de vista, é assegurar uma paz em melhores condições” (LIDDELL HART, 1982: 425).

submetê-los politicamente, mantendo-os sempre vigiados. Os papéis se alteram conforme o desenrolar dos eventos. Quanto a isso não há previsão. Talvez, nesse sentido, Clausewitz tenha sido explícito demais, ao não declarar o que seria uma vontade política legítima para se começar uma guerra, pois, segundo seu sistema, fazer isso seria coroar os argumentos daqueles que vêm na política uma pureza de espírito incapaz de sair do plano da sociabilidade natural. Ora, se a guerra é a continuação da política por outros meios é porque atende à vontade política de um Estado e não a um princípio moral superior que seria a manutenção da paz. Algumas passagens do Livro VIII trazem a posição de Clausewitz:

*O objetivo da guerra deveria sempre ser, segundo o seu conceito, a derrota do inimigo.*

*... já admitimos que a natureza do objetivo político, a vastidão das nossas próprias exigências ou das do inimigo e o conjunto das nossas condições políticas têm uma influência mais decisiva sobre a guerra.*

*Sabe-se evidentemente que só as relações políticas entre governos engendram a guerra; mas imagina-se geralmente que essas relações cessam com a guerra e que uma situação totalmente diferente, submetida às suas próprias leis e só a elas, se estabelece nesse momento.*

*Nós afirmamos, pelo contrário: a guerra nada mais é senão a continuação das relações políticas, com o complemento de outros meios. Dizemos que se lhe juntam novos meios, para afirmar ao mesmo tempo em que a guerra em si não faz cessar essas relações políticas, que ela não as transforma em algo inteiramente diferente, mas que estas continuam a existir na sua essência, quaisquer que sejam os meios de que se servem, e que os principais filamentos que correm através dos acontecimentos de guerra e aos quais elas se ligam não são mais que contornos de uma política que prossegue através da guerra até a paz (CLAUSEWITZ, 1996: 853-865-870).*

Ao pensar o objetivo na guerra, Liddell Hart seguiu o mesmo expediente de Clausewitz: percebeu o *continuum* entre política e guerra e que os objetivos, político e militar, eram diferentes, mas inseparáveis. A tese de Clausewitz não é exatamente esta? A diferença reside no olhar moral que se tem em relação ao meio e não ao fim. O propósito, ainda que não falado por Clausewitz, é o mesmo que formulado por Liddell Hart, mas os valores são diferentes. A cultura de Clausewitz, bem como a conjuntura política em que viveu não lhe dava nenhuma oportunidade para pensar na paz.

### **John Keegan contra Clausewitz**

O historiador inglês John Keegan, diferentemente de Clausewitz e Liddell Hart, não foi um guerreiro, mas seu pai foi soldado durante a Primeira Guerra Mundial, e ele cresceu na região onde estavam estacionados os exércitos para a invasão do Dia D na

Segunda Guerra Mundial. De modo que, mesmo sem ter experimentado no *front* os horrores da guerra, a sua presença o ronda desde criança. Seu envolvimento com a história militar foi além de sua graduação. Na faculdade, a maioria de seus amigos havia feito o serviço militar, ele, por sua vez, foi declarado incapaz para o exército devido a uma doença contraída na infância que o deixou, segundo suas palavras, aleijado. Mas enquanto seus pares resolveram seguir carreira como médicos, engenheiros e advogados, ele tornou-se historiador militar.

Talvez a frustração por não ter se envolvido, na prática, com a guerra, tenha-o moldado como um grande pensador que prefere ver a guerra através mais de seus valores simbólicos e de seus mecanismos de funcionamento, do que pela sua trágica realidade. Isso não significa que seja ignorante nos assuntos táticos e estratégicos; pelo contrário, dispõe de um vasto repertório, sem contar suas vigorosas pesquisas dos acontecimentos militares e descrições minuciosas sobre guerras.

Foi sua obra *Uma história da guerra* que nos cativou para a pesquisa. Portanto, seria evidente que, ao tratarmos do pensamento de Clausewitz, adotaríamos o estudo de Keegan. E, de fato, isso ocorreu. Contudo, suas conclusões e críticas que, no primeiro momento em que tivemos contato com seu livro, nos pareciam tão verdadeiras, passaram a ser questionadas. Por isso, sua importância para nós é ainda maior. A leitura de *Uma história da guerra* não foi apenas a contemplação e a aceitação passiva de suas teses, mas a provocação para se estudar Clausewitz, tão criticado por Keegan e que, honestamente falando, conhecíamos apenas pela máxima – e por ouvir dizer – de que a guerra é a continuação da política por outros meios.

Keegan é categórico ao abrir com a seguinte frase sua antítese fundamental: a guerra não é a continuação da política por outros meios<sup>15</sup>. Desse modo, sentíamos-nos obrigados a pelo menos entender, além da crítica, o objeto criticado. E, em vez de reforçarmos as posições anticlausewitzianas de Keegan, ficamos desconfortáveis a tomar algum partido. Se a guerra não é a continuação da política, o que é? Para Keegan, a guerra é, antes de política, cultural.

*Em resumo, é no plano cultural que a resposta de Clausewitz à pergunta 'o que é a guerra' é falha. Isso não é de forma alguma surpreendente. Todos nós achamos difícil tomar distância suficiente de nossa própria cultura para perceber como ela faz de nós, como indivíduos, o que somos. Para o homem*

---

<sup>15</sup> “A guerra não é a continuação da política por outros meios. O mundo seria mais fácil de compreender se esta frase de Clausewitz fosse verdade” (KEEGAN, 1995: 19).

*ocidental moderno, com seu compromisso com o credo da individualidade, essa dificuldade é tão grande quanto o foi para gente de outros lugares e épocas. Clausewitz era um homem de seu tempo, filho do Iluminismo, contemporâneo dos românticos alemães, um intelectual e um reformista prático, um homem de ação, um crítico de sua sociedade e um apaixonado crente na necessidade de mudá-la. Era um observador perspicaz do presente e um devoto do futuro. No que fracassou foi em ver quão profundamente enraizado estava em seu próprio passado, o passado de um oficial prussiano de um Estado centralizado europeu. Se sua mente tivesse apenas mais uma dimensão intelectual – e se tratava de uma mente já muito sofisticada –, talvez pudesse ter percebido que a guerra abarca muito mais que a política, que é sempre uma expressão da cultura, com freqüência um determinante de formas culturais e, em algumas sociedades, é a própria cultura (KEEGAN, 1995; 28).*

Para Keegan, Clausewitz não percebeu essa condição porque não quis. Sua experiência junto aos cossacos, na Rússia, contra a invasão de Napoleão, em 1812, seria suficiente para ver que não se guerreia apenas por um Estado, mas por elementos de uma cultura guerreira que está para além da política. Essa é, para Keegan, assim como a guerra, um outro aspecto das diferentes culturas<sup>16</sup>. A guerra é cultural e não política, pois a própria política é uma manifestação da cultura. Ora, cultura também não é um conjunto de hábitos e costumes intransponíveis, que servem apenas como critério identitário das sociedades. Cultura é um processo dinâmico; é fluxo. Momentos de ruptura social são também momentos de rupturas simbólicas, psicológicas e de valores. A cultura também se transforma. Ainda que a máxima de Keegan, “o homem é um animal cultural”, seja válida, só o é exatamente por conter uma pluralidade de culturas<sup>17</sup>. Lembremos a distinção de civilização e cultura apresentada por Norbert Elias<sup>18</sup>; mesmo no ocidente, tomar uma pela outra é um equívoco.

É curioso, também, que Keegan não tenha citado sequer uma só vez o trabalho de Raymond Aron, *Pensar a guerra*, em sua obra. Talvez, se o tivesse utilizado, perceberia o quão importante foram as crises pelas quais Clausewitz passou. Não há dúvidas quanto à qualidade da pesquisa de Keegan, mas o diálogo com outro intelectual

---

<sup>16</sup> “Clausewitz foi incapaz de reconhecer uma tradição militar alternativa no estilo de guerrear dos cossacos porque só podia reconhecer como racional e valendo a pena uma única forma de organização militar: as forças pagas e disciplinadas do Estado burocrático. Ele não admitia que outras formas também pudessem servir bem suas sociedades, e defendê-las – ou ampliar seu poder, se fosse esse o objetivo” (KEEGAN, 1995: 235).

<sup>17</sup> A não ser que o homem seja um animal de uma determinada cultura e não é o caso, o próprio Keegan, em sua *Uma história da guerra*, mostrou a guerra através das mais diferentes culturas e nem por isso julgou o que era mais ou menos cultural.

<sup>18</sup> Ver ELIAS, 1994a.

autorizado para falar de Clausewitz, como Aron, renderia um aprofundamento sobre as questões pessoais do prussiano, ao mesmo tempo em que envolveria suas perspectivas políticas e os valores de classe.

Clausewitz viveu um grande dilema político-cultural: o que é ser um nobre “bastardo” (segundo as palavras de Aron), no momento em que a Europa de um modo geral rompia com os valores sustentados pela nobreza e passava a valorizar o modo de vida e a política liberal? E a sua Alemanha, que ainda não era um país, ia para o outro lado e a nobreza continuava a determinar a vida política dos diversos estados germânicos. A contradição social era, segundo Elias, maior que a francesa e, como resultado dessa tensão, não houve revolução, e sim a manutenção da tradição germânica, incorporada, desde a época de Clausewitz, ao nacionalismo. A cultura de Clausewitz era a do nobre guerreiro, mas que conseguiu ir além de um mero representante de classe e passou a pensar nas transformações políticas que estava vivendo. Ainda assim, era um aristocrata, fiel ao monarca e contrário à democracia. Foi a cultura de Clausewitz que o levou a pensar no *continuum* da guerra e da política.

O modelo do Estado nacional colocava-se de forma impetuosa como a única forma de sobrevivência das sociedades europeias, e a guerra, tanto para Clausewitz como para Keegan, refletia isso. Então, por que o prussiano poderia pensar que o futuro seria diferente? Por que desejaria ele a paz? Por que se preocupar com um desejo apenas e não com o que de fato acontece nas relações humanas? Keegan também concorda com o fato de que há guerra e haverá guerra, mesmo que não a desejemos. Clausewitz não notou que a cultura era a essência da guerra? Evidentemente que não! Não era sua preocupação; contudo, jamais negou a importância da virtude guerreira, e isso não é um aspecto da política.

Keegan não foi ingênuo e, certamente, leu *Da guerra* melhor do que nós, mas tinha um propósito: apresentar uma definição mais ampla e verdadeira do conceito de “guerra” que a de Clausewitz. Desse modo, não era possível fazer tantas concessões. Mesmo assim, não pode ser acusado de forma alguma de ter sido leviano na análise do pensamento de Clausewitz, já que apresenta de forma franca e aberta suas referências para pensar a guerra, a política e a cultura e suas contraposições à teoria do prussiano. No entanto, o plano de Keegan é aparentemente o mesmo que o do prussiano: escrever

uma obra atemporal sobre a guerra, seus fenômenos e sua essência. Nesse caso, temos de verificar como se dá o afastamento de seu pensamento em relação ao de Clausewitz.

Como dissemos, para Keegan, a guerra não é a continuação da política por outros meios. Portanto, precederia a própria ideia de Estado. Mas, por que a política seria exclusivamente uma manifestação do Estado Civil? É verdade que Keegan não disse isso, mas apontou para esta definição do conceito de “política” adotado por Clausewitz. E está certo. *Da guerra* trata da guerra entre Estados e, logo, a guerra é a continuação da política dos Estados. Contudo, o conceito de “Estado”, historicamente moderno e, conseqüentemente, fruto do universo social de onde e quando surgiu, não é universal. A isso não é necessária nenhuma petição de princípio a Clausewitz quanto ao seu estatuto conceitual de política, pois pensa a guerra como sua extensão apenas depois de anunciar que a guerra é a ampliação de um duelo (é a própria cultura de Clausewitz que fala aqui e não sua frieza analítica e dedutiva). Mas a urgência histórica o pressionava, não havia motivos para tratar da guerra em outros termos e, mesmo assim, somente trinta anos após a escrita de *Da guerra*, é que temos a utilização de seus preceitos de forma prática entre os Estados beligerantes.

A filiação que Keegan faz de Clausewitz ao pensamento aristotélico<sup>19</sup> parece-nos também descontextualizada da tradição filosófica à qual o prussiano estava vinculado. O paradigma do homem como animal político já havia caído por terra com o pensamento hobbesiano. Não havia mais lugar para acreditar na sociabilidade natural do ser humano. Mesmo Kant, de quem Clausewitz era leitor, formulou a ideia de “insociável sociabilidade”<sup>20</sup>, ou seja, é fundamental que os homens vivam em sociedade, mas estarão sempre em competição uns com os outros. Hobbes fundou teoricamente a filosofia do Estado Civil, a partir de uma natureza humana não-política e, se a noção de “política” de Clausewitz estava diretamente ligada ao conceito moderno de “Estado”, ele não poderia pensar em termos aristotélicos.

A crítica de Keegan seguiria assim por um caminho aparentemente muito seguro. Ao enunciar contrariamente a Clausewitz que o homem é, antes de ser um animal

---

<sup>19</sup> “‘O homem é um animal político’, disse Aristóteles. Clausewitz, herdeiro de Aristóteles, disse apenas que um animal político é um animal que guerreia. Nenhum dos dois ousou enfrentar o pensamento de que o homem é um animal que pensa, em quem o intelecto dirige o impulso de caçar e a capacidade de matar” (KEEGAN, 1995:19).

<sup>20</sup> Ver KANT, 1986.

político, um animal cultural, Keegan re-funda a natureza humana em outros termos. Em primeiro lugar, questiona-se se o sentido aqui não seria apenas semântico, pois um homem isolado produz cultura? Se retomarmos o fundamento teórico de Hobbes quanto à confecção do Estado, aquilo que é pensado como cultural somente pode ser visto com o surgimento da política: o pacto entre indivíduos deliberando um árbitro capaz de pô-los em paz, detentor legítimo da violência, pacificador e portador legal das armas. É evidente que estivesse sobre este registro o pensamento de Clausewitz, de modo que a noção de cultura na prática humana da guerra fosse apenas uma mera curiosidade para as discussões etnográficas do século XIX. Na própria teoria hobbesiana – contratualista e apolítica da natureza humana –, o estágio pré-estatal do homem é uma fase da *guerra de todos contra todos os homens*. A crítica de Keegan, nesse sentido, vai atrelada a esta confirmação antropológica hobbesiana de que a guerra antecede a própria política. Contudo, o princípio de Hobbes é antiaristotélico; portanto, ainda que a dimensão apolítica da guerra esteja privilegiada por Keegan, não a é em detrimento da teoria clausewitziana. O general prussiano ponderou com cautela a importância dos aspectos morais na guerra e, portanto, deu ênfase à cultura do guerreiro, que também era sua cultura.

Em segundo lugar, para haver cultura, conceito tão caro e tão maltratado atualmente, é necessário mais do que um único indivíduo isolado e isento de relações; é fundamental que este se relacione com outros, com o espaço e o tempo em que vive e com elementos que permeiam também sua história<sup>21</sup>.

Keegan, ao criticar os pressupostos metafísicos de Clausewitz, parece entender a sociabilidade como condição natural do ser humano (numa aproximação muito mais evidente ao princípio aristotélico de substância humana do que aquela que é feita pelo prussiano). Mesmo que o homem esteja vivendo nas mais distintas formas de organização social pré-política – clã, tribo, família, horda –, pressupõe-se certa sociabilidade imanente ao homem capaz de produzir cultura sem que algum Estado o regule. No entanto, o paradigma da sociabilidade se instaura como uma verdade indemonstrável, compreensível, mas indeterminada. Logo, não compete saber a

---

<sup>21</sup> “O pensamento de Clausewitz... aos olhos de alguns intérpretes, como prisioneiro de ilusões, alimentadas pelo meio, pelo espírito do tempo... uns viram aí uma sobrevivência do racionalismo, outros dão realce à vontade mais do que à racionalidade e desvendam a constância do pensamento clausewitziano” (ARON, 1986a: 82).

ontologia da guerra em termos metafísicos – estaríamos jogados num processo infinitamente repetitivo –, mas entender que, ao atribuir o fundamento político da guerra, Clausewitz manifestou o que viveu, em toda sua cultura e, por que não dizer, em sua política.

Talvez a definição de Florestan Fernandes (1920-1995), apresentada na introdução de sua obra *A função social da guerra na sociedade tupinambá*, responda melhor à pergunta de Keegan, “o que é a guerra?”, num plano mais amplo que o cultural e político. E isso não implica abandonar o que pensou Clausewitz, nem mesmo o próprio Keegan:

*A GUERRA É UM FENÔMENO HUMANO. Não se pode dizer precisamente como e quando ela surgiu, no passado remoto da humanidade. Nem tampouco se pode presumir a que ‘necessidades’ existenciais ela correspondeu originariamente. Até onde alcança a investigação empírico-indutiva, através da reconstituição arqueológica, da reconstrução histórica e da observação direta, a guerra se apresenta como fato social, no sentido restrito de existir como uma das instituições sociais incorporadas a sociedades constituídas... (FERNANDES, 2006: 21).*

Em suma, a guerra é um hábito, como gostaria Keegan, mas também é política – para o *habitus* de Clausewitz. A cultura ou a política não podem ser entendidas como origem de nada. Porém a história nos ensina a entender que as práticas sociais são construções humanas e não valores etéreos ou universais. A guerra, para Clausewitz, somente poderia ser entendida no plano da política. Ele a viu com os olhos de quem foi soldado e a viveu numa conjuntura absolutamente impregnada de política. Teorizou sobre o que poderia narrar e não sobre o que desejaria ver e, mesmo assim, não se esqueceu de que a virtude do guerreiro é um dos aspectos determinantes da guerra.

## **Bibliografia**

ARISTÓTELES. *Política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1985;

ARON, Raymond. *Pensar a guerra, Clausewitz: a era europeia*. Vol. 1 (Coleção Pensamento Político, vol. 71). Brasília: Universidade de Brasília, 1986a;

\_\_\_\_\_. *Pensar a guerra, Clausewitz: a era planetária*. Vol. 2 (Coleção Pensamento Político, vol. 72). Brasília: Universidade de Brasília, 1986b;

\_\_\_\_\_. *Paz e guerra entre as nações*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002;

CHURCHILL, Winston, Sir. *Memórias da Segunda Guerra Mundial*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005a;

\_\_\_\_\_. *Memórias da Segunda Guerra Mundial*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005b.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac & Naif, 2003;

CLAUSEWITZ, Carl von. *Vom Kriege*. Berlin: Ferdinand Dümmler, 1832-1837 (Hinterlassene Werke des Generals Carl von Clausewitz über Krieg und Kriegführung), Erster Band, 1832; Zweiter Band, 1833; Dritter Band, 1834. Disponível em: [www.galica.bnf.fr/Catalogue/notices.Ind/FRBNF30248103.htm](http://www.galica.bnf.fr/Catalogue/notices.Ind/FRBNF30248103.htm);

\_\_\_\_\_. *On war*. Londres: Penguin Books, 1968;

\_\_\_\_\_. *Da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1996;

CREVELD, Martin van. *The transformation of war*. Nova York: The Free Press, 1991.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador. Volume 1: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994a;

\_\_\_\_\_. *O processo civilizador. Volume 2: formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994b;

\_\_\_\_\_. *Os alemães: a luta pelo poder e evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997;

FERNANDES, Florestan. *A função social da guerra na sociedade tupinambá*. São Paulo: Globo, 2006;

FERREIRA, Oliveiros S. "Clausewitz e a Política". *Revista Lua Nova*, nº 34, 1994;

HANDEL, Michael I. *Masters of war: Sun Tzu, Clausewitz and Strategic Thought*. London & Potrland Or.: Frank Cass, 1996;

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção Os Pensadores);

HOBBSAWM, Eric J. *A era dos impérios 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988;

KANT, Emmanuel. *Idéia de uma história universal sob um ponto de vista cosmopolita*. São Paulo: Brasiliense, 1986;

KEEGAN, John. *Uma História da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995;

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006;

LIDDELL HART, B. H. *As grandes guerras da história*. São Paulo: IBRASA, 1982;

\_\_\_\_\_. *The Ghost of Napoleon*. Yale University Press, 1937;

PASSOS, Rodrigo Duarte dos. *Clausewitz e a política – uma leitura de Da guerra*. Tese (doutorado em Ciência Política), FFLCH-USP. São Paulo, 2005;

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã – 1º capítulo*. São Paulo: Editora Moraes, sem data;

TZU, Sun. *A arte da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2002;

\_\_\_\_\_. *A arte da guerra*. Porto Alegre: L&PM, 2001.